



Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES
Curso de Psicologia

**Significado do Trabalho e Atribuição Causal na Prostituição: Contribuições para
Decisões Legais**

Débora de Alencar Figueiredo

Brasília

Julho de 2017



Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES
Curso de Psicologia

**Significado do Trabalho e Atribuição Causal na Prostituição: Contribuições para
Decisões Legais**

Débora de Alencar Figueiredo

RA: 21261590

Monografia apresentada à Faculdade de
Psicologia do Centro Universitário de Brasília
– UniCEUB como requisito parcial à
conclusão do curso de Psicologia.

Professor-orientador: Amalia Raquel Pérez-
Nebra

Brasília

Julho de 2017



Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES
Curso de Psicologia

Folha de Avaliação

Centro Universitário de Brasília - UniCEUB

DÉBORA DE ALENCAR FIGUEIREDO

**Significado do Trabalho e Atribuição Causal na Prostituição: Contribuições para
Decisões Legais**

Débora de Alencar Figueiredo

Monografia apresentada à Faculdade de
Psicologia do Centro Universitário de Brasília
– UniCEUB como requisito parcial à
conclusão do curso de Psicologia.

Professor-orientador: Amalia Raquel Pérez-
Nebra

BANCA EXAMINADORA

Professora Dra. Amalia Raquel Pérez-Nebra

Professora Dra. Daniela Borges Lima de Souza

Brasília

Julho de 2017

Sumário

Introdução.....	01
Feminismos.....	05
Significado do Trabalho.....	07
A Culpa da Prostituição.....	09
Método.....	10
Participantes.....	10
Procedimento de Coleta.....	10
Procedimento de Análise.....	11
Resultado e Discussão.....	13
O significado do Trabalho de Prostituta.....	13
1.1 Mecanismos de Significado.....	14
1.2 Trabalho Sujo.....	16
Atribuição Causal.....	17
Empoderamento e Exploração.....	20
3.1 Negociação com Clientes e Cafetões.....	21
3.2 Objetificação da mulher.....	23
Regulamentação da Profissão.....	24
Referências.....	27
Apêndice A.....	30

Resumo

A divergência entre os discursos feministas liberal e radical sobre a regulamentação e a proibição da prostituição instigou o objetivo geral deste trabalho que foi avançar na discussão acerca de sua regulamentação ou proibição. O presente trabalho investigou, utilizando entrevistas individuais semiestruturadas com cinco prostitutas, o significado do trabalho, a percepção do trabalho “sujo” e a atribuição causal envolvidos na atividade de se prostituir. Por meio desses fenômenos, buscou-se compreender a existência de aproximações entre os discursos feministas abordados e a maior percepção de empoderamento ou exploração pelas participantes. Ao utilizar a técnica da análise de conteúdo, não foram encontrados resultados que apontassem para tal relação. Quanto à regulamentação ou proibição da atividade, a maioria (N=3) das participantes relatou preferir pela regulamentação, porém são necessárias mais pesquisas que substanciem cientificamente essa decisão legal.

Palavras-chave: Prostituição, decisões legais, significado do trabalho, atribuição causal, feminismo.

Introdução

Alguns fatores que envolvem a prostituição deram partida ao interesse em pesquisar o fenômeno e buscar embasar cientificamente o processo de tomada de decisões acerca do reconhecimento da prostituição como profissão e a melhoria das condições de trabalho, ou o movimento contrário, de criminalização e proibição. São eles: a divergência de entendimento das diferentes vertentes do feminismo acerca do assunto e questões legais sobre a prostituição no Brasil.

É pertinente frisar que o termo “atividade” será utilizado para fazer referência à prostituição. Chamá-la de “profissão” parte de entendimentos que não serão defendidos ou combatidos neste trabalho, apenas será evidenciada a necessidade de buscar analisar o fenômeno com olhar pouco estudado até o momento.

Em pesquisa realizada pela Fundação Mineira de Educação e Cultura (FUMEC), citada no site da Ong Marias (<https://ongmarias.wordpress.com/estatisticas/>, recuperado em 10 de Outubro de 2016), estima-se que 1,5 milhões de mulheres e homens prostituem-se no Brasil. Compreender a realidade de tantas pessoas é importante considerando as discussões atuais sobre a regulamentação ou a proibição da atividade, o que causará impacto direto sobre essas vidas, haja vista que esse número é, possivelmente, subnotificado e também representa impactos nas vidas das famílias que são sustentadas com o dinheiro proveniente da prostituição.

Atualmente, a prostituição não é crime no Brasil, já que não existe determinação para a atividade em si no Código Penal Brasileiro, porém existem proibições legais que a dificultam. Segundo o artigo 227 do Código Penal Brasileiro, é crime “Induzir alguém a satisfazer a lascívia de outrem.”, ou seja, provocar alguém a satisfazer os desejos sexuais de outrem, não o próprio. Além disso, é considerado crime, no artigo 228 do mesmo código, “Induzir ou atrair alguém à prostituição ou outra forma de exploração sexual, facilitá-la,

impedir ou dificultar que alguém a abandone.”. Isso significa ser crime incentivar que alguém inicie a atividade da prostituição, criar meios ou diminuir barreiras para que isso aconteça e colocar empecilhos que dificultam o fim da atividade por alguém. É crime, ainda, “Manter, por conta própria ou de terceiro, estabelecimento em que ocorra exploração sexual, haja, ou não, intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente.” (Art. 229 do Código Penal Brasileiro) e “Tirar proveito da prostituição alheia, participando diretamente de seus lucros ou fazendo-se sustentar, no todo ou em parte, por quem a exerça.” (Art. 230 do Código Penal Brasileiro).

Os diversos entendimentos que dão base às decisões legais quanto à prostituição em outros países estão mais próximas de determinados discursos feministas. Duas principais vertentes defendem posicionamentos opostos quanto à prostituição (Pasini, 2005). A vertente radical defende a proibição da prostituição por entender que esta é apenas mais uma forma de opressão da sociedade patriarcal sobre o corpo feminino. Um dos argumentos mais em voga defendidos por essa vertente refere-se à exploração da mulher por parte dos clientes e de cafetões, que reforçam a cultura da submissão sexual feminina, assim como a mercantilização do corpo. A segunda vertente, liberal, compreende que a prostituição é semelhante a qualquer outra profissão que utiliza a força de trabalho do corpo e que melhores condições de trabalho deveriam ser oferecidas a fim de diminuir os riscos aos quais as prostitutas estão submetidas atualmente.

De acordo com pesquisa realizada na Biblioteca Virtual em Saúde - BVS-psi, utilizando o termo "prostituição", foram localizadas 73 publicações em periódicos técnico científicos, uma divulgação científica, 13 teses e sete livros. Apenas oito dos artigos científicos levantados pela base se aproximaram mais dos objetivos de pesquisa deste trabalho por contribuírem com questões de ordem subjetiva e da percepção das participantes (Burbulhan, Guimarães, & Bruns, 2012; Cerqueira-Santos et al., 2008; Davi & Bruns, 2015;

Esposito & Kahhale, 2006; Giongo, Menegotto, & Petters, 2012; Molina & Kodato, 2005; Nunes & Andrade, 2009; Oltramari & Camargo, 2004). Considerando os resultados da Biblioteca para as Bases em Texto Completo, um estudo realizado na Argentina (Morcillo, 2014) também foi incorporado pela proximidade temática com este trabalho. O número de participantes dos estudos variou entre três e 239, predominando a contribuição de até dez participantes por pesquisa (n=5). Esses estudos, no geral, expõem os significados que as prostitutas atribuem à atividade de fazer sexo em troca de dinheiro, outros bens ou ainda favores. Além de buscarem conhecer as razões que as levaram ao início da atividade, aquilo que as mantém no exercício desta prática e seus sonhos para o futuro. Em todos os estudos as informações foram levantadas através de entrevistas individuais e/ou grupos focais.

O principal significado para a atividade é de trabalho que possibilita o ganho rápido de dinheiro (Esposito & Kahhale, 2006; Morcillo, 2014). Muitas histórias apresentadas nas pesquisas revelam violência sofrida no contexto familiar de origem (Esposito & Kahhale, 2006; Molina & Kodato, 2005; Nunes & Andrade, 2009), o que motivou a saída de casa precoce das entrevistadas e a necessidade de conseguir dinheiro para sobreviver nas ruas (Nunes & Andrade, 2009) ou em condições precárias (Esposito & Kahhale, 2006; Giongo, Menegotto, & Petters, 2012). A permanência nessa atividade foi justificada principalmente pela rapidez de conseguir dinheiro (Davi & Bruns, 2015), autonomia para trabalhar sem dias e horários fixos (Esposito & Kahhale, 2006), inexistência de outro trabalho que remunere igualmente bem (Esposito & Kahhale, 2006), a necessidade de se manter (Esposito & Kahhale, 2006; Paiva et al., 2013), prover a renda da família (Esposito & Kahhale, 2006; Molina & Kodato, 2005; Oltramari & Camargo, 2004) e a manutenção do uso de drogas (Davi & Bruns, 2015; Nunes & Andrade, 2009) que tornam o trabalho menos indigesto (Oltramari & Camargo, 2004), mas provocam a permanência na prostituição para facilitar seu acesso.

Os sonhos para o futuro resumem-se em casamento (Davi & Bruns, 2015; Nunes & Andrade, 2009), filhos (Nunes & Andrade, 2009) e deixarem de se prostituir (Esposito & Kahhale, 2006; Nunes & Andrade, 2009), esse último, principalmente, através do casamento e do homem que irá "salvá-la" da prostituição (Nunes & Andrade, 2009).

Apenas um dos trabalhos apresentou análise estatística descritiva e de inferência dos dados (Cerqueira-Santos, Morais, Moura, & Koller, 2008). A partir do objetivo de diferenciar características sobre caminhoneiros (n=239) que sustentam ou não a atividade da exploração sexual infantil, foram obtidos os seguintes resultados mais relevantes ao objetivo do presente trabalho: a maioria dos homens se declarou casado (69%), tem filhos (53,1%), possuem ensino fundamental incompleto (32,8%) e renda maior que 4,8 salários mínimos mensais (32,5%). Concluiu-se que o grupo de clientes da exploração sexual infantil, em relação àqueles que não são clientes, permanece mais tempo nas estradas à espera de carga, apresenta maior frequência de relações sexuais na estrada, sendo as prostitutas (menores de idade ou adultas) as principais parceiras (60,5%), e demonstraram menor conhecimento acerca dos direitos das crianças e dos adolescentes.

As mulheres entrevistadas nos estudos analisados são de baixa renda, o que sugere a pertinência de avaliar o contexto e a história de mulheres de diferentes classes sociais, visando compreender possíveis divergências relativas a essa variável. Com a disposição de maior renda para mulheres de classe média e alta, pode ser que outros motivos justifiquem sua inserção na prostituição, incluindo o desejo de exercê-la, assim como qualquer outro trabalho que promove satisfação e prazer (não apenas sexual).

Considerando a pouca diversidade de objetivos dos estudos que abordam a prostituição e visando avançar na discussão acerca de sua regulamentação ou proibição legal, são objetivos específicos deste trabalho (a) estudar fenômenos como a percepção do significado do trabalho, (b) descrever avaliação da prostituição como "suja e/ou imoral"

pelas participantes e seus motivos, (c) assim como de verificar o tipo de atribuição causal pelas prostitutas sobre a atividade que exercem, fenômenos esses que possuem pontos convergentes com as duas vertentes feministas.

Feminismos

Em 2012, foi proposto o Projeto de Lei 2241, mais conhecido como Gabriela Leite, que visa à regulamentação da prostituição e a alteração de artigos do Código Penal Brasileiro que dão margem para o entendimento da prostituição como sinônimo de exploração sexual. O projeto vislumbra também a melhoria das condições de trabalho das prostitutas, a descriminalização das casas de prostituição e a garantia de direitos trabalhistas. A tramitação desse projeto fez com que discussões no meio feminista voltassem a ocorrer com mais visibilidade, considerando a falta de consonância histórica entre as vertentes feministas no que diz respeito à prostituição.

Pateman (1993) aponta para a prostituição sendo defendida como uma alternativa à pobreza e uma possibilidade de sustento da mulher e de seus filhos, o que surgiu como justificativa para a entrada e permanência de mulheres na prostituição (Esposito & Kahhale, 2006; Giongo, Menegotto, & Petters, 2012; Nunes & Andrade, 2009). Porém, se a entrada de mulheres na prostituição fosse justificada apenas pela necessidade financeira, existiria um número muito maior de prostitutas pelo mundo inteiro, já que foi apresentado por prostitutas entrevistadas por Esposito e Kahhale (2006) que não existe outra atividade que não exija educação formal e remunere tão bem quanto a prostituição, o que indica a necessidade de se discutir outros fatores que envolvem a prostituição, evitando cair em discursos reducionistas.

Pasini (2005) expõe relatos de prostitutas com as quais teve contato durante sua vida acadêmica que negam vender seus corpos, como defendido pelo feminismo radical, mas trocar “umas sacanagens por uma boa grana” (Pasini, 2005. P. 4). Além disso, a autora ressalta o poder de negociação das prostitutas e a fluidez do poder na relação entre elas e seus

clientes. Considerando que, por mais que as prostitutas definam os limites de sua atuação no programa colocando regras e preços, os homens também têm poder de decidir como de fato as coisas acontecerão, quebrando ou não o contrato feito anteriormente.

Quebras de contrato por parte do fornecedor do serviço e do cliente são possibilidades na maioria dos serviços prestados em nossa sociedade capitalista. Por mais que existam críticas a serem feitas sobre o projeto de lei citado neste trabalho anteriormente, há que se considerar a possibilidade de prostitutas recorrerem legalmente em situações em que se sintam lesadas pela quebra de contrato por parte de seus clientes caso a atividade seja regulamentada como profissão.

De acordo com Pateman (1993), as feministas liberais, também conhecidas como contratualistas, defendem a ideia de que a mulher que se prostitui realiza um contrato referente a um trabalho, como qualquer outro, por tempo e valor determinados. O fato de a prostituição ser defendida como qualquer outro trabalho pode se mostrar perigoso, pois, ao retirar as peculiaridades do serviço, brechas são abertas para que fiscalizações mais adequadas não aconteçam e, justamente o contrário do esperado pelas contratualistas, as prostitutas fiquem mais expostas aos perigos que a atividade envolve.

Não é defendido neste trabalho que os argumentos feministas radicais são descartáveis, pois foram utilizados, primeiramente, com base em uma sociedade altamente patriarcal e que, atualmente, mantém traços da dominação masculina sobre o feminino. Considera-se pouco produtivo anular reflexões atuais acerca da socialização da sexualidade, que mantém moldes patriarcais e heteronormativos, induzindo a canalização do apelo sexual feminino para a satisfação do desejo de homens, o que pode contribuir para que a prostituição aconteça de modo a reforçar tais modelos de submissão sem reflexão crítica do papel que a prostituta exerce. Porém, compreender o fenômeno da prostituição sob viés que apenas vitimiza a mulher é colocá-la em situação de inferioridade quanto suas capacidades de

escolha, mesmo em contextos socioeconômico adverso, e de lidar com sua liberdade sexual, que pode ser exercida através da atividade.

Significado do Trabalho

Não é novidade dizer que atualmente o trabalho é algo que consome a maior parte do tempo do dia das pessoas, considerando a necessidade de sobreviver e prover pela família. Porém, é possível buscar compreender novas facetas de diferentes tipos de profissões, como exemplo a forma como as pessoas dão significado aos trabalhos considerados sujos pela sociedade, ou seja, carregam preconceitos que podem trazer prejuízos para quem os exerce.

As opções para aqueles que não tiveram oportunidade de obter maiores qualificações tornam-se restritas no cenário atual. Isso leva a muitos nesta situação a buscar empregos que não são bem vistos ou que sejam, de certas formas, degradantes. Isso faz com que o caráter do trabalho seja, majoritariamente, de sobrevivência (Kruger, Pérez-Nebra, & Antloga, 2016). Tais trabalhos, com frequência, estão relacionados à sujeira.

Ashforth e Kreiner (2014) estudam as diferenças dos estigmas relacionados aos diferentes tipos de “sujeira” de profissões pouco valorizadas socialmente, são eles o físico, o moral e o social. O estigma físico está relacionado à concepção de que a sujeira fica impregnada no indivíduo que a manuseia e, conseqüentemente, ela é contagiosa. O estigma moral diz respeito à natureza da atividade, que, quando suspeita, duvidosa, enganosa, ou que não seja coerente com as regras sociais de civilidade, colocam em xeque o caráter da pessoa que a realiza. Já o estigma social é associado ao repúdio às atividades consideradas de servidão, pois inferioriza quem as exerce e submete às vontades alheias. No caso da prostituição, todos são atribuídos.

Segundo Rosso, Dekas e Wrzesniewski (2010), o significado do trabalho pode ser descrito utilizando alguns princípios norteadores, que são a autenticidade, a autoeficácia, a autoestima, o propósito de vida, a sensação de pertencimento, a transcendência e o

significado cultural ou interpessoal. Tais princípios foram organizados em quatro quadrantes divididos por dois eixos ortogonais. O eixo vertical representa os extremos da Orientação para o Self e da Orientação para o Outro. O eixo horizontal representa os extremos da Orientação para a Separação, chamado de Agenciamento, e da Orientação para a Conexão, chamado de Comunhão.

No primeiro quadrante, delimitado pelas orientações do Self e do Agenciamento, encontram-se os princípios da individuação, caracterizada pela autoeficácia e pela autoestima. O segundo quadrante, delimitado pelas orientações do Self e da Comunhão, é referente à autoconexão, marcada pelo princípio da autenticidade. O terceiro quadrante, delimitado pelas orientações do Agenciamento e dos Outros, diz respeito aos princípios da contribuição, como o da transcendência e o significado que o trabalho tem. Por fim, o quarto quadrante, delimitado pelas orientações dos Outros e da Comunhão, é caracterizado pelos princípios da unificação, caracterizado pelos valores atribuídos ao trabalho e pela percepção de pertencimento (Rosso, Dekas, & Wrzesniewski, 2010).

Mulheres que trabalham como serventes de limpeza justificaram sua entrada no mercado de trabalho alegando fazer o mesmo trabalho que fazem em casa, porém de forma remunerada e com períodos delimitados (Kruger, Pérez-Nebra, & Antloga, 2016). Esse discurso é passível de comparação com os resultados encontrados por Molina e Kodato (2005), duas das participantes justificaram sua entrada na prostituição das seguintes formas: “Ao invés de dar de graça, dou por dinheiro”, “... pelo menos não ficava saindo com um e com outro e não ganhava nada...” (p.6). Podendo a independência financeira - e o que se pode fazer com isso- ser atribuída ao significado do trabalho, pois insere essas mulheres no mercado e promove a remuneração de um trabalho que, segundo elas, seria realizado de qualquer forma, porém sem fins econômicos.

A Culpa da Prostituição

Considerando o tabu no qual a prostituição está envolvida, é pertinente avaliar o sofrimento existente ou não na vivência das prostitutas em relação ao preconceito e julgamentos de valor feitos de modo geral pela sociedade. Essa análise se fundamenta no estudo da atribuição de causalidade do comportamento de prostituir-se.

No que diz respeito ao julgamento acerca de condutas sociais, de acordo com a teoria de Weiner (1995, citado por Rodrigues & Assman, 2003), é preciso que a causa do comportamento seja identificada como interna ou externa ao agente. No caso da causa ser considerada interna, é avaliado o controle que o indivíduo detinha sobre a situação. A culpabilização da pessoa aumenta em caso positivo, pois é entendido que ela tinha escolhas e optou por agir da forma que está sendo avaliada.

Pensando a prostituição, a localização da causa do fenômeno é externa às prostitutas quando está em foco o discurso feminista radical, pois a causa é atribuída ao patriarcalismo, aos homens exploradores e ao capitalismo, por exemplo. Já de acordo com a visão feminista contratualista (liberal), a atribuição da causa da prostituição encontra-se na própria prostituta, que decidiu por utilizar a força de trabalho do próprio corpo para obter retornos financeiros.

Compreende-se que a atribuição causal com *locus* externo propicia menor sofrimento psíquico, pois a culpa do evento não está localizada na pessoa. Porém, quando localizado em *locus* interno, é possível que o indivíduo assuma postura de maior responsabilização e pense em possibilidades de mudança para a situação, caso julgue necessário.

Ao buscar compreender a forma como ocorre o fenômeno da atribuição causal para prostitutas, pretende-se analisar sentimentos positivos e negativos em relação à escolha de se prostituir. Entende-se que será possível extrair elementos indicativos de exploração ou empoderamento, o que é essencial para que decisões legais sejam feitas de forma a assegurar a saúde mental dessa população.

Método

A presente pesquisa foi realizada através de entrevistas semi-estruturadas. A pesquisa foi submetida ao comitê de ética e as participantes foram informadas quanto à possibilidade de desistirem a qualquer momento de dar a entrevista e foram solicitadas a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Participantes

Este trabalho contou com a colaboração de cinco mulheres que realizam a troca de serviços sexuais por dinheiro. As participantes foram abordadas em locais reconhecidos como pontos de prostituição em Brasília. O contato com as participantes iniciou-se com apresentação da pesquisadora como tal e solicitação de permissão para conversar com as prostitutas que lá se encontravam, assim como para gravar o áudio da entrevista.

A quantidade de mulheres foi definida de acordo com a proposta de saturação teórica de Fontanella, Luchesi, Saidel, Ricas, Turato e Melo (2011). Ou seja, o recrutamento de novos participantes teve fim quando da constatação da falta de novos elementos que deem base para a análise teórica que se propõe. Outro fator considerado foi relativo à disponibilidade e possibilidade de alcance das participantes.

Instrumento

O instrumento utilizado consistiu em um roteiro de entrevista com perguntas abertas construído de acordo com os objetivos de pesquisa, bem como sua fundamentação teórica, contendo questões sobre a profissão, o significado do trabalho, atribuição causal e trabalho sujo (Apêndice A).

Procedimento de Coleta

Considerando a pretensão de obter contribuições de prostitutas de classes sociais divergentes, é importante destacar a grande dificuldade de contatar profissionais do sexo que cobram mais caro pelos programas. Foram feitas aproximadamente 15 ligações para

prostitutas ditas de luxo catalogadas em sites de acompanhantes de Brasília. Nenhuma ligação foi atendida ou retornada. Ainda entre essa amostra de potenciais participantes, foram enviadas mensagens de texto através de aplicativo disponibilizado por elas para cerca de sete mulheres. Nenhuma mensagem foi respondida, mesmo que cinco tenham sido visualizadas de acordo com o aplicativo. Foi possível observar, utilizando as caixas de comentários dos sites, que os clientes também enfrentam dificuldade para contatar as prostitutas de luxo. O valor cobrado por essas mulheres varia entre 500 e 800 reais.

Foi possível realizar entrevista com cinco prostitutas que cobram valores econômicos, em torno de 80 reais por programa de 20 minutos. Essas entrevistas foram feitas nos pontos em que elas aguardavam por clientes em área reconhecida como de prostituição em Brasília.

Buscou-se, ainda, o contato com prostitutas que cobram ainda mais barato, cerca de 50 reais por programa de 20 minutos de duração. Considerando que os locais onde essas profissionais costumam esperar seus clientes apresentam mais possibilidades de situações de risco, são situados em regiões mais periféricas da cidade e desertas durante a noite, o contato foi buscado por telefone de forma semelhante às de luxo. Os números de telefone também foram obtidos em sites de acompanhantes. Foram feitas cerca de 20 tentativas de ligações. A maioria não atendeu ou retornou. Aproximadamente cinco prostitutas negaram fazer programa quando atenderam ao telefone e cerca de cinco solicitaram que retornasse a ligação mais tarde, porém, quando do retorno, não atenderam novamente.

Procedimento de Análise

Os dados coletados nesta pesquisa foram analisados sob a perspectiva qualitativa, utilizando a técnica da análise de conteúdo (Bardin, 1977). A justificativa dessa escolha é a compreensão de que todo discurso tem algo nas entrelinhas, algo que por vezes não é permitido ser expresso, ou algo até mesmo inconsciente. Neste trabalho, através desta técnica, os discursos apresentados nas entrevistas foram separados em diferentes categorias analíticas

obedecendo às seguintes regras: as categorias devem abranger completamente o conteúdo; um mesmo elemento não pode pertencer a mais de uma categoria; e as categorias devem ser pertinentes aos objetivos de análise/pesquisa.

A categorização dos resultados foi feita utilizando como norteadores os conceitos de significado do trabalho e atribuição causal. Considerando a abrangência da relação do empoderamento e a exploração com os fenômenos estudados, considerou-se pertinente a criação de uma categoria de discussão exclusiva para esse assunto visando facilitar o entendimento. Ao avaliar a justificativa da atual pesquisa, torna-se essencial uma categoria para discussão das questões legais tratadas com as participantes.

Resultados e Discussão

Os resultados obtidos nesse estudo foram divididos em três grandes categorias analíticas conforme os objetivos específicos elencados, assim como os conteúdos provenientes do discurso das participantes e a técnica de análise de dados escolhida. As categorias são as que seguem: (1) O significado do trabalho de prostituta; (2) Atribuição causal, (3) Empoderamento e exploração e (4) regulamentação da profissão e proibição.

O Significado do Trabalho de Prostituta

Entre as cinco participantes, quatro afirmaram reconhecer a prostituição como um trabalho. Apenas uma não utilizou palavras como “trabalho” e “emprego” para referir-se à prostituição. Frases como “um trabalho normal, como qualquer outro” (Participante 01) e “todo dia que a gente tá aqui a gente encara isso como um trabalho” (Participante 02), surgiram para falar da prostituição.

A participante que não relatou a prostituição como trabalho alegou que “isso é o que todo mundo faz, entendeu? Só que a nossa forma é, tipo assim, é diferente, a gente recebe, né?”, frase semelhante às ditas pelas participantes das pesquisas realizadas por Molina e Kodato (2005) também sobre prostituição e Kruger, Pérez-Nebra e Antloga, (2016) sobre o significado do trabalho de mulheres serventes de limpeza, que já faziam o mesmo serviço em casa e começaram a fazer faxina de forma remunerada. Esse significado remete à saída de atividades que usualmente as mulheres exercem no âmbito privado e doméstico para o âmbito público e comercial.

Beauvoir (2009) ressalta que a diferença entre a mulher casada e a prostituta refere-se aos direitos de cada uma. A mulher casada, ao oferecer seus serviços sexuais e domésticos ao marido, é reconhecida como ser humano pela sociedade, tem seus direitos garantidos, desde que esses não firam a ordem social de submissão da mulher ao marido, o qual responde pelas questões que envolvem a vida pública do casal e da família. Cabe à prostituta o papel de

“bode expiatório” (Beauvoir, 2009. P. 733), a mulher que é sacrificada, privada de seus direitos como cidadã para que a ordem conservadora seja mantida e as mulheres dignas (diga-se, casadas) e jovens não sofram com o descontrole de seus maridos e outros homens (Pateman, 1993).

É inegável o preconceito enfrentado pelas prostitutas cotidianamente, o que é coerente com as afirmações de Beauvoir (2009) sobre a diferença de exercer as mesmas atividades alterando apenas o local onde ocorrem e a quem são prestados os serviços. Porém, ao mesmo tempo em que as prostitutas são condenadas moralmente, ganham a independência e o sentimento de autoeficácia como veremos a seguir, o que pode representar independência e autonomia.

Considerando que a maioria da amostra demonstrou reconhecer a prostituição como trabalho, serão analisadas as principais formas de atribuição e percepção de significado desse trabalho.

Mecanismos de Significado

O motivo de entrada relatado por todas as participantes deste estudo está associado à necessidade de dinheiro rápido para suprir necessidades básicas próprias (N=2) ou de filhos (N=3). Situações de abandono foram relatadas por todas as participantes, duas por parte da família de origem e as restantes pelos pais de seus filhos. Em ambas as situações ficou evidente a falta de quem pudesse prover por elas e/ou seus filhos.

McMullen (1987, citado em de Souza Nascimento, & Garcia, 2015) destaca como motivadores do início da prostituição entre mulheres jovens a ocorrência simultânea da falta de poder pessoal e a falta de poder econômico, ou seja, a pobreza sozinha não é suficiente para justificar a escolha pela prostituição como forma de sobrevivência de si e de filhos/familiares. De Souza Nascimento e Garcia (2015) endossam que:

a pobreza está acoplada a condições socioculturais que desvalorizam e desqualificam as jovens mulheres para que a prostituição se apresente como um projeto de mobilidade social e econômica. Além disso ela possibilita a realização de desejos sexuais e afetivos pouco convencionais e a resistência ao modelo familiar tradicional. (p. 384).

Utilizando como base a análise do significado do trabalho feita por Rosso, Dekas e Wrzesniewski (2010), é possível inferir dos relatos obtidos que o significado do trabalho de prostituir-se está mais relacionado com o quadrante denominado Individuação. Considerando os eixos delimitadores do quadrante identificado pelos autores (Rosso, Dekas, & Wrzesniewski, 2010), o principal significado do trabalho relatado pelas entrevistadas está direcionado para o Self e para o Agenciamento.

O maior destaque dado aos significados aglomerados nesse quadrante revelam a autoestima e o sentimento de autoeficácia como norteadores do trabalho. A autoeficácia pode ser percebida ao conseguir suprir suas necessidades mais básicas ou prover pela família quando a única opção percebida era a prostituição após as situações de abandono. Mais uma característica apresentada pelas Participantes que se refere à autoeficácia é a possibilidade de obterem autonomia e controle sobre as condições de trabalho. A autoestima também foi abordada por uma participante que notou e relatou que sua vaidade "melhorou um pouco, porque antes eu não me arrumava muito, não costumava me olhar no espelho como mulher, me valorizar, entendeu?" (Participante 2).

Mais uma percepção, que ultrapassa o quadrante da individuação, foi compartilhada pela Participante 3, que relata gostar do carinho e do afeto oferecidos pelos clientes que a procuram. Esse significado aproxima-se mais do quadrante da autoconexão, caracterizado pelo princípio da autenticidade (Rosso, Dekas, & Wrzesniewski, 2010) principalmente no sentido do engajamento pessoal. O discurso da participante expôs a identificação intrínseca

de seu Self com o trabalho que exerce. Parece haver uma conexão da característica pessoal da Participante de gostar de receber afeto e carinho com as situações proporcionadas pelo trabalho, o que se assemelha com a conceituação exposta por Rosso, Dekas e Wrzesniewski (2010).

Trabalho “Sujo”

Todas as participantes falaram sobre características do trabalho sujo, contudo apenas duas relataram de forma explícita ter sentimentos negativos em relação à “sujeira” envolvida na prostituição. Sentimentos de vergonha, nojo, culpa e humilhação foram relatados pelas participantes. Foi possível observar a coerência dos discursos das participantes com as categorias do estigma apresentadas por Ashforth e Kreiner (2014).

O estigma físico foi evidenciado com falas acerca da sujeira dos clientes que procuram os serviços em condições de higiene precárias, o que, segundo a Participante 04, torna o programa desagradável e humilhante por conta do mal cheiro e da falta de educação dos clientes.

A humilhação foi relatada ainda pela Participante 04 quando percebe que se submete às vontades do cliente, como mostra a fala a seguir: "ah, é humilhante, porque muitas das vezes você tá ali e eles pensam que você é um lixo. Você tem que fazer o que ele quer, entendeu? Anda logo, puta. Anda logo". Esse relato mantém proximidade com o exposto por Ashforth e Kreiner (2014) sobre o estigma social, pois revela o incômodo da posição de serventia adotada pelas prostitutas e o julgamento negativo feito pelos demais.

O resultado acima é passível de comparação com o discurso feminista radical, o qual destaca o papel dominante do cliente que requer serviços de modo a diminuir o sentimento de poder sobre a situação e sobre si da prostituta. Importante destacar que é usual nos negócios os clientes terem suas necessidades satisfeitas, porém isso ocorre de acordo com o que o prestador do serviço se dispõe a oferecer, sendo que, a medida que o prestígio da profissão

aumenta, mais condições são impostas pelos profissionais e aceitas pelos clientes. A corrente radical do feminismo problematiza essa possibilidade de imposição de condições de trabalho seguras e dignas das prostitutas ao considerar o contexto patriarcal na qual a atividade está inserida.

O estigma moral conceituado pelos autores (Ashforth & Kreiner, 2014) é perceptível nas falas de todas as participantes ao relatarem o julgamento do próprio caráter pela sociedade no geral em decorrência da atividade que exercem. Frases como "eu nunca pensei em me prostituir na minha vida, mas também nunca julguei ninguém" evidenciam, possivelmente, a transgressão à ordem conservadora que condena à prostituição, considerando a condição atual de estar realizando programas. Porém, como uma incoerência, mostra que há o que ser julgado, nesse caso, a índole ou o caráter da prostituta.

Bendassolli e da Rocha Falcão (2013) evidenciam a ironia presente na discriminação feita pelos que criam a necessidade e a demanda por trabalhos sujos. Aqueles que se beneficiam da oferta do trabalho considerado sujo são os mesmos que negam reconhecimento e dignidade às prostitutas, direito esse que é conferido em outros contextos de trabalho.

Atribuição Causal

Weiner (1995) estabelece como elemento motivador para os estudos realizados por ele acerca da Atribuição Causal a metáfora de que seres humanos agem como Deuses, que detém o poder de julgar e sentenciar os demais a todo tempo. O autor escreve que as inferências feitas dão base para sentimentos que podem variar, por exemplo, entre raiva e compaixão. Considerando que estamos a todo tempo juntando e sendo julgados por nossas ações, racionalizar causas para eventos torna-se relevante.

O fenômeno da Atribuição Causal foi perceptível na fala de todas as participantes, mesmo daquelas que não demonstram sentimentos negativos em relação à prostituição. É fundamental destacar a incoerência presente nos discursos das entrevistadas, pois, mesmo as

três participantes que demonstraram maior conforto em realizar programas, percebem a possibilidade de culpabilização por estarem realizando uma atividade considerada imoral e transferem a responsabilização de suas ações para fatores externos a si.

A necessidade de garantir o sustento próprio e/ou de filhos e familiares novamente é um fator importante, pois parece diminuir o sentimento de culpa das participantes por terem optado pela prostituição. A falta de percepção de outras alternativas também pode ser considerada como um recurso de atribuição causal com locus externo, considerando ainda o abandono causado por outros.

Algumas frases ditas pelas participantes ilustram a tentativa de atribuir aos fatores situacionais a causa do início da prostituição de seus corpos: “assim, eu não queria. Realmente eu não queria, mas também eu estava sozinha nessa. E então eu fui mais pelo impulso. Fui, entrei e tem pessoas que falam que é tranquilo, que é fácil, e como hoje em dia a gente vê e ouve se falar muito nisso ai eu acabei indo e arriscando.” (Participante 02) e “E você tem que ser sozinha no mundo e criar coragem. Mesmo estando de uma forma errada, né?” (Participante 03).

A Participante 05 contribuiu a respeito da atribuição causal ao relatar que, inicialmente, começou a fazer programas pelos mesmos motivos que as demais, porém, após perceber os ganhos que a prostituição proporciona, revelou que permanece na profissão por vontade própria e que não tem vontade de trocar sua fonte de renda. É possível inferir que a causalidade da prostituição em sua vida era atribuída a um locus externo, mas que, no decorrer das experiências de sua vida, reconheceu que é uma escolha própria, de locus interno, responsabilizando-se pela decisão que tomou.

Nesse caso, a aceitação de sua família sobre seu trabalho, características pessoais como autoestima, entre outros, podem ter propiciado a redução do sofrimento com a

responsabilização pela causa de sua prostituição, que afronta o contexto conservador no qual vivemos.

Um fator que surge como proteção do julgamento moral para três participantes foi o de atribuir a culpa da prostituição aos clientes. “Acho que a gente tá aqui e quem procura são eles, né? Nós oferecemos e eles vêm até nós” (Participante 03). No momento em que o estigma e a discriminação tornaram-se centrais nas entrevistas, três participantes afirmam que a maioria dos homens que buscam pelos seus serviços são casados e que eles, sim, devem ser julgados como errados e/ou culpados. A Participante 04 fez o seguinte relato: "Quem vem procurar não são os homens casados? Acho que errado são os homens. Eles que procuram a gente, a gente tamo aqui [...] Sempre cai pro lado da mulher, mas o homem que é o culpado, né?".

No discurso da Participante 02 houve menos ocorrência de frases que atribuem a causalidade de sua prostituição a fatores externos, relatando apenas a situação de abandono na qual se encontrava. Foi também essa participante que demonstrou com mais frequência sentimentos de culpa e de vergonha por se prostituir. Ou seja, é possível inferir que o lócus interno de atribuição causal não é garantia de sentimentos mais amenos em relação à responsabilização da ação, pois há outros fatores pessoais que influenciam a vivência de assumir a responsabilidade pelos próprios atos e escolhas.

Nesse caso, em comparação com a vivência da Participante 05, o estigma social do trabalho sujo parece gerar mais sofrimento. Há que se pesar o medo da Participante 02 de que o pessoal do lugar onde faz estágio pela manhã descubra e a julgue.

Ainda que não abordado no início do presente trabalho, o fenômeno do desengajamento moral surgiu como mais uma variável que parece proteger as participantes de julgamentos. O fato de, segundo elas, não estarem fazendo mal a ninguém e compararem a

prostituição com outras atividades que também são considerados sujas e imorais, como o tráfico de drogas, parece trazer alívio e facilitar a justificação da prostituição.

Empoderamento e Exploração

A percepção de empoderamento ou de exploração das mulheres é a principal preocupação do movimento feminista independentemente da vertente que se analisa, com foco especial para as prostitutas neste estudo. É, também, o assunto que mais apresentou incoerências nas falas das entrevistadas. Acredita-se que não há pessoa completamente empoderada ou vítima, mas um espectro que se manifesta em diferentes ações e contextos.

O discurso que mais ilustra a fluidez de percepção de empoderamento ou exploração foi feito pela Participante 02. Ela relatou muito nervosismo e vontade de chorar nos primeiros programas, assim como se olhar no espelho e não gostar de saber que se prostitui. Em contrapartida, a mesma participante diz ter percebido um aumento na autoestima, pois agora consegue se valorizar como mulher. Mais uma demonstração de empoderamento ocorre quando relata não fazer programas sem camisinha e o procedimento que adota em relação a clientes que solicitam práticas inaceitáveis para ela, não tolerando tais condições em nome de sua saúde e do poder de escolha sobre seu corpo.

Um exemplo marcante da fluidez discutida foi dado pela Participante 04. Ao mesmo tempo em que fala com bastante veemência sobre seus direitos e a diferenciação do que é o programa e situações de estupro, o que pode ser relacionado com maior empoderamento, a participante também expõe o sentimento de sentir-se explorada enquanto faz os programas. Ela relata que “falar que vida de puta é fácil... Não é fácil. É difícil, mas, né? [...] Não é legal. Nem pra mim nem pra pessoa que tá comigo, entendeu? Não acho legal, não acho certo”, além de falar sobre sua vontade de abandonar a prostituição e conseguir um emprego. Após esses relatos, a Participante volta a falar sobre seu direito de fazer programas sem restrições legais e julgamentos: “por que se prostituir não pode? Vender uma coisa que é da

gente não pode? Porque eu penso assim, se eu não tô fazendo mal pra ninguém, não tô atraindo mal pra ninguém, né?”.

A Participante 05 é a que mais apresenta elementos que podem ser associados ao seu empoderamento sem apresentar incoerências em seu discurso. “Não é esse bicho de sete cabeças que muita gente fala. Tem muita gente que fala ‘nossa, elas são obrigadas, são isso, são aquilo’. Não tem nada disso, a gente faz porque quer” (Participante 05). Essa foi a única participante que manifestou vontade de não trocar de profissão por gostar das condições de trabalho, onde consegue flexibilizar sua jornada de trabalho e receber retorno financeiro satisfatório.

É importante considerar nesses casos em que o discurso não apresenta incoerências ou está muito bem estruturado a possibilidade de ocorrência do fenômeno da desejabilidade social. Isso mascara as reais opiniões e sentimentos em nome de agradar o entrevistador ou manter a autoestima reparada por não revelar situações de fragilidade. Considerando que, no momento da entrevista no qual a fala destacada ocorreu, a participante já havia compartilhado sua situação de abandono, o que afasta, em parte, a hipótese de ocorrência da desejabilidade social.

Negociação com Clientes e Cafetões

A relação da prostituta com clientes e cafetões é assunto polêmico entre as vertentes feministas por se tratar de um campo com possibilidades do exercício da posse sobre o próprio corpo ou da dominação masculina sobre o feminino. Entre as participantes, foram apresentados discursos coerentes com as duas vertentes abordadas neste estudo.

Entre as cinco participantes, apenas uma relatou ter sido violentada por clientes. Ao descrever as situações as quais foi submetida, a participante demonstrou ter clareza de seus direitos e diferenciar aquilo que faz parte de seu trabalho e o que é violência. Participante 04: “Aí acha que, só porque tá pagando, você tem que fazer o que ele quer, entendeu? Você tá ali,

você é dele. Porque não é assim, tamo ali pra negociar uma namorada e pronto. Não (...) sou propriedade dele. Nunca, jamais, entendeu?”.

Todas as participantes deste estudo afirmaram estabelecer limites para os programas diretamente com os clientes e que eles são respeitados em sua maioria. Na visão do feminismo liberal, é suficiente que hajam condições que assegurem o cumprimento de tais limites, fazendo com que não ocorra violência contra as prostitutas e elas sejam livres para realizarem seus contratos de serviços, assim como em outras profissões (Pateman, 1993). Já para o feminismo radical, a simples vontade de realizar os programas não é o bastante para que as prostitutas exerçam o poder sobre o próprio corpo, pois estarão sempre satisfazendo aos desejos dos clientes e, por vezes, dos cafetões (Loncle, 2001, citado em Ribeiro & Sá, 2004).

Sobre o repasse de dinheiro para cafetões, apenas duas entrevistadas afirmaram já terem trabalhado dessa forma e relataram o sentimento de exploração, o que, de certa forma, é coerente com os discursos das duas vertentes feministas abordadas. Pateman (1993) expõe o argumento das feministas contratualistas (liberais) que a prostituição deve ser dominada pelas próprias prostitutas, não estando submetidas aos desejos e regras dos clientes ou cafetões, o que conferiria maior segurança e empoderamento. Como a vertente radical defende a abolição da prostituição, é óbvia a impossibilidade de alguém se beneficiar à custa do trabalho das prostitutas.

Somente a Participante 05 relatou alugar o apartamento no qual realiza os programas em escala de diária e afirmou preferir fazer dessa forma. “Acho até bom, porque aí dá uma segurança pra gente. Porque lá em cima tem câmara, tem segurança. Então é bem melhor que atender na rua” (Participante 05).

Objetificação da mulher

Em relação à objetificação da mulher, a vertente radical possui o discurso de que a prostituição perpetua a concepção de que a vagina se resume a fetiche e tabu (Bourdieu, 2010). Já a vertente liberal defende que a prostituta não vende seu corpo, mas serviços sexuais, “não há diferenças entre uma prostituta e qualquer outro trabalhador ou prestador de serviços” (Pateman, 1993. P. 282).

Três participantes relataram estar nos pontos de prostituição disponíveis para os clientes caso queiram seus serviços “tipo igual um comércio, tamo ali pra venda, quem quiser usa” (Participante 04). As outras duas participantes não fizeram comparações com características tão mercadológicas como as demais.

A Participante 02 alegou que ser prostituta para ela significa “ser uma mulher como qualquer outra atrás dos seus objetivos, porque todas que estão aqui estão à procura de trabalho decente”, pois encara que a prostituição é um projeto de mobilidade social, assim como evidenciado por de Souza Nascimento e Garcia (2015) em sua pesquisa.

Já a Participante 03, como apresentado anteriormente, encara a prostituição como uma atividade comum, “que todo mundo faz”, porém de forma remunerada, sem que isso signifique a venda de seu corpo. Além disso, a entrevistada vê a prostituição como ponte para alcançar seus projetos de vida, que preferiu não compartilhar.

Os discursos das Participantes 02 e 03 estão mais próximos àquilo que a vertente liberal preconiza, por não percebem que seus corpos estão à venda, mas que é uma atividade que produz a possibilidade de alcançar outros sonhos. Atividade essa que, na visão da Participante 03, seria feita de qualquer forma, mas na prostituição existe o ganho financeiro e afetivo considerando os clientes que “vêm sempre com um afeto, um carinho e é bom.”.

Não foi possível estabelecer correlação entre percepção de objetificação do corpo e sofrimento entre as participantes, pois as duas Participantes (02 e 04) que mais demonstraram

sentimentos negativos em relação à prostituição demonstram opiniões divergentes sobre a disposição da mulher para a prestação de seus serviços sexuais e/ou venda do próprio corpo.

Regulamentação da Profissão

Todas as entrevistadas foram questionadas sobre suas opiniões quanto à regulamentação da prostituição. Três delas percebem a possíveis ganhos em caso positivo. A regulamentação foi defendida pela Participante 01 por compreender que a prostituição “é um emprego tanto quanto os outros, né? É”.

A Participante 04 baseia sua opinião favorável à regulamentação na situação de violência que sofreu e a forma como foi tratada na delegacia quando foi registrar o Boletim de Ocorrência. Na ocasião, a Participante relatou ter sido ridicularizada pela delegada quando respondeu sobre sua profissão e indagada se "eles só fizeram isso com você? Só isso?". Segundo a Participante, caso a prostituição fosse regulamentada, ela acredita que seus direitos seriam levados mais a sério em uma situação semelhante.

Ela afirma ainda que “a lei” serviria apenas para representar a garantia do direito de recorrer situações em que se sinta exposta a perigos ou sinta-se lesada. Sobre os limites do programa, fala que “se tivesse que regularizar, tipo, acho que não tem limite, né? Limite impõe entre o casal quando tá na hora, mas tem muita gente chata que não sabe respeitar esse limite, igual você tá falando, né? Tem homem que você chega e combina uma coisa com ele ‘ah tá, a gente só vai um oralzinho com camisinha’, aí chega lá o homem já quer extrapolar, quer fazer sem camisinha, quer pegar a mulher a força, isso acontece.” (Participante 04).

A Participante 05 também reconhece que as prostitutas poderiam ser beneficiadas com a regulamentação da profissão, porém afirma que não gostaria de ter sua carteira de trabalho assinada como prostituta e questiona se alguma outra gostaria.

Essas três percepções estão mais relacionadas ao discurso que embasa o Projeto de Lei conhecido como Gabriela Leite, pois visa à regulamentação da profissão com vistas ao

aumento de segurança das profissionais e a tentativa de abolir a exploração sexual.

Feministas radicais, contrárias ao referido projeto, argumentam que não há possibilidade de acabar com a exploração, pois, mesmo que outros não recebam financeiramente pelo programa além da prostituta, o próprio cliente se beneficia da cultura de exploração e comercialização do corpo feminino como objeto.

Em referência ao objetivo do Projeto de Lei de tornar legais os estabelecimentos destinados à prostituição, é importante lembrar o relato da Participante 05 que prefere pagar diárias pelo apartamento onde realiza seus programas justamente por garantirem maior segurança. Em comparação com outros estabelecimentos que abrigam atividades consideradas morais, a remuneração do pessoal que aluga salas e contratam serviços de segurança para o locatário não é questionada ou julgada injusta.

Outras duas participantes não demonstraram ter opiniões formadas quanto à regulamentação. A Participante 02 defende que a prostituição deveria ser proibida se houvesse “melhores oportunidades para a mulher, né? Eu tô nisso aqui, mas se fosse o caso de existir uma lei de acabar, por mim eu não ia brigar não, sabe? Eu não ia ser contra não. Acabou, acabou. Então, tipo, porque eu quero sair disso aqui. Aí se tivesse uma lei... Mas também se tivesse uma lei que favorecesse, eu acho que eu não votaria nem sim, nem não. Mas eu não preferia fazer parte dessa lei.”. A Participante 03 relatou que não saber como seria caso regulamentasse, “então do jeito que está, está bom.”.

Neste trabalho não foi possível observar sofrimento de acordo com as variantes que se aproximam mais dos discursos feministas divergentes. Os recursos pessoais de motivação, autoestima e mecanismos de reparação do self presentes em cada uma parecem ter mais influência na forma como vivenciam a prostituição que a simples percepção de empoderamento e exploração. Acredita-se que isso ocorre pela intensa fluidez desse processo

incessante de percepção de si. Porém, estudos que aprofundem mais a análise desses recursos precisam ser feitos para que tal afirmação tenha valor científico.

A primeira limitação detectada nesse estudo é a impossibilidade de realizar entrevistas mais longas e que pudesse alcançar a compreensão de mais detalhes da história de vida das participantes, suas concepções sobre a realidade que vivem e a forma como lidam com as suas experiências. Isso ocorreu pela falta de lugar apropriado para realização das entrevistas e também a incompatibilidade de horários.

A segunda limitação está relacionada à inacessibilidade de prostitutas de diferentes níveis socioeconômicos, o que possibilitaria a análise de percepções de Participantes com experiências provavelmente distintas devido ao motivo de entrada na prostituição.

Para trabalhos futuros acerca do tema, sugere-se a utilização de técnicas que possibilitem maior investigação de características pessoais e a correlação entre elas e a ocorrência de sofrimento que estejam alinhadas com os discursos feministas liberal e radical.

É fundamental destacar que as decisões legais acerca da prostituição não devem ser baseadas em discursos conservadores, que se aproximam mais do feminismo radical e que cerceiam o direito de escolha sobre o próprio corpo. Por outro lado, a ganância sobre um mercado que, em 1985, fazia circular aproximadamente 40 milhões de dólares por dia apenas nos EUA (Pateman, 1993) não pode ser disfarçada sob o discurso do feminismo liberal de expressão da sexualidade e empoderamento através da escolha de profissão. São necessários mais estudos para que as decisões legais que impactam a vida de um número significativo de habitantes do Brasil sejam feitas seguindo preceitos éticos de cuidado com a dignidade humana e a garantia de direitos básicos, como a não violência e o livre arbítrio sobre si.

Referências

- Ashforth, B. E., & Kreiner, G. E. (2014). Dirty work and dirtier work: Differences in countering physical, social and moral stigma. *Management and Organizational Review*, 10(1), 81-108. doi: 10.1111/more.12044
- Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, LDA.
- Beauvoir, S. D. (2009). *O segundo sexo*. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Bendassolli, P. F., & da Rocha Falcão, J. (2013). Psicologia social do trabalho sujo: revendo conceitos e pensando em possibilidades teóricas para a agenda da psicologia nos contextos de trabalho. *Universitas Psychologica*, 12(4), 1153.
- Bourdieu, P. (2010). *A dominação masculina*. In A dominação masculina. Bertrand Brasil.
- Burbulhan, F., Guimarães, R. M., & Bruns, M. A. D. T. (2012). Dinheiro, afeto, sexualidade: a relação de prostitutas com seus clientes. *Psicologia em Estudo*, 17(4), 669-677.
- Cerqueira-Santos, E., Morais, N. A., Moura, A. S., & Koller, S. H. (2008). Exploração sexual de crianças e adolescentes: uma análise comparativa entre caminhoneiros clientes e não-clientes do comércio sexual. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21(3), 446-454.
- Davi, E. H. D., & Bruns, M. A. D. T. (2015). Mundo-vida travesti: Abordagem fenomenológica das travestilidades. *Temas em Psicologia*, 23(3), 521-533.
- Fontanella, B. J. B.; Luches, B. M.; Saidel, M. G. B.; Ricas, J.; Turato, E. R.; Melo, D. G. (2011). Amostragem em pesquisas qualitativas: proposta de procedimentos para constatar saturação teórica. *Cad. Saúde Pública*, 27(2), 387-394.
- Esposito, A. P. G., & Kahhale, E. M. P. (2006). Profissionais do sexo: sentidos produzidos no cotidiano de trabalho e aspectos relacionados ao HIV. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19(2), 329-339.

- Molina, A. M. R., & Kodato, S. (2005). Trajetória de vida e representações sociais acerca da prostituição juvenil segundo suas participantes. *Temas em Psicologia, 13*(1), 09-17.
- Morcillo, S. (2014). "Como untrabajo" Tensiones entre sentidos de lo laboral y la sexualidad en mujeres que hacen sexo comercial en Argentina. *Sexualidad, Salud y Sociedad: Revista Latinoamericana, (18)*.
- Nunes, E. L. G., & de Andrade, A. G. (2009). Adolescentes de Rua: prostituição, drogas e HIV/AIDS em Santo André-Brasil. *Revista Psicologia & Sociedade, 21*(1), 45-54.
- Oliveira, M. K., Pérez-Nebra, A. R., & Antloga, C. S. (2016). Relação entre significado do trabalho e rotatividade de serventes de limpeza. *Revista Psicologia Organizações e Trabalho, 16*(2), 190-202.
- Oltramari, L. C., & Camargo, B. V. (2004). Representações sociais de mulheres profissionais do sexo sobre a AIDS. *Estudos de Psicologia, 9*(2), 317-323.
- Pasini, E. (2005). Prostituição e a liberdade do corpo. Rio de Janeiro.
- Pateman, C. (1993). *O Contrato Sexual*. São Paulo: Paz e Terra S.A. (Originalmente publicado em 1988).
- Ribeiro, F. B., & Sá, J. M. O. (2004). Interrogando a prostituição: Uma crítica radical aos discursos hegemônicos. *Actas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia (Vol. 12)*.
- Rodrigues, A., & Assmar, E. M. L. (2003). Influência social, atribuição de causalidade e julgamentos de responsabilidade e justiça. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 16*(1), 191-201.
- Rosso, B. D., Dekas, K. H., & Wrzesniewski, A. (2010). On the meaning of work: A theoretical integration and review. *Research in Organizational Behavior, 30*, 91-127. doi: 10.1016/j.riob.2010.09.001

Souza Nascimento, S., & Garcia, L. G. (2015). Nas armadilhas do desejo: Privações e movimentos de jovens prostitutas em zonas rurais. *Caderno CRH*, 28(74), 383-396.

Weiner, B. (1995). *Judgments of responsibility: A foundation for a theory of social conduct*. Guilford Press.

Apêndice A – Roteiro de Entrevista

- 1) Como foi sua trajetória de vida até começar a se prostituir?
- 2) O que te motivou a iniciar a atividade?
- 3) O que significa ser prostituta para você?
- 4) Você sente que foi uma decisão sua iniciar a atuação na prostituição?
- 5) O que te motiva a permanecer na prostituição?
- 6) Você tem ou já teve alguém que te agencia e ganha/ganhava parte do dinheiro do programa?
- 7) Como você se sente em relação a esse repasse financeiro?
- 8) O que você acha sobre a regulamentação da prostituição?
- 9) Você tem alguma sugestão de como deve acontecer?
- 10) Você vê algum papel social na prostituição?